

LAUDO DA PF ► Peritos descartam licenciamento de área de floresta como cerrado e operação é questionada

Irregularidade é descartada

FERNANDO DUARTE
DA REDAÇÃO

O laudo técnico da Polícia Federal (PF) aponta que não houve irregularidades no licenciamento de 6 propriedades pela extinta Fundação Estadual de Meio Ambiente (Fema). A acusação foi feita em junho de 2005, na operação "Curupira", e provocou a prisão do então presidente da instituição, Moacir Pires, entre outros funcionários. O Ministério Público Federal (MPF) quer solicitar outro laudo. A defesa contesta. Nenhum servidor da Fema foi julgado até hoje.

O advogado de Pires, Paulo Fabrinny, disse que o documento da PF só reafirma o parecer de um engenheiro do Rio Grande do Sul (RS) que havia analisado as 6 propriedades com supostas irregularidades. "O Ministério Público Estadual contratou um engenheiro de fora para fazer a análise. De todos os laudos feitos, o dele foi o único in loco, os demais foram por imagens de satélite. E o dele também mostrou que as propriedades estavam licenciadas corretamente".

O ex-deputado estadual Moacir Pires, então na Fema (atual Secretaria de Estado do Meio Ambiente), foi preso dia 2 de junho de 2005 acusado de promover licenças ambientais

em desacordo com a legislação, ou seja, em áreas de floresta (indígena) como sendo de cerrado. Ele também foi acusado por formação de quadrilha, uso do cargo em benefício próprio e crime administrativo. Pires, que ficou preso por uma semana, afirma que a inserção da Fema junto à Curupira foi uma forma de tirar o holofote de Brasília, que vivia um período de denúncias e operações como a do "Mensalão". "Quero ser julgado e não que o caso prescreva. Eu tenho a consciência tranquila". Como forma de ter a "consciência tranquila", Moacir Pires disse que financiou com recursos próprios outro

laudo sobre as propriedades, que, segundo ele, também apontou a sua inocência. "Depois que saiu o laudo do Ibama (das irregularidades nas licenças), pedimos que fosse feito outro com engenheiros daqui. Mas o Ministério Público contratou um do RS para que não houvesse possibilidade de ninguém daqui ser corrompido pela gente".

Ele lembra que, em 2 anos e meio à frente da Fema, mais de 8,2 mil licenciamentos foram realizados. Mais que o dos gestores anteriores. "Quando estava lá, só teve uma operação. E depois que sai, já teve outras 7".

Curupira - Considerada a primeira grande operação ambiental em Mato Grosso, a "Curupira 1" mostrou o surgimento de um conjunto de exploradores ilegais de madeira. Por causa da ação, o Ibama/MT sofreu intervenção federal com mais de 60 funcionários presos, além da detenção de quase 160 madeireiros, de 600 empresas.

Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) tiveram as emissões suspensas por 1 mês. A Curupira 1 deu origem a Curupira 2, Ouro Verde e Rio Pardo.



Otmir de Oliveira

Ex-presidente da extinta Fema, Moacir Pires pede que processo seja julgado; ele chegou a ser preso na operação 'Curupira 1'

A Curupira foi a 1ª grande operação contra crimes ambientais em Mato Grosso, deflagrada em 2005

LIXÃO

Fogo é controlado perto de penitenciária em Roo

RAQUEL FERREIRA
DA REDAÇÃO

O lixão do presídio Mata Grande de Rondonópolis (212 km ao sul de Cuiabá) continua queimando, mas o fogo foi controlado e não oferece ameaça às fazendas da região. O incêndio teve início na terça-feira (9) e afetou os pastos de propriedades privadas, próximas do depósito de lixo.

O chefe de sessão de operações do Corpo de Bombeiros, tenente Edinaldo Fernando Rodrigues, explica que a corporação esteve no local e fez um aceiro, evitando a propagação do fogo. "Limparamos a vegetação de uma faixa de terra de 10 metros para impedir que o fogo espalhasse. O trabalho demo-

rou mais de 8 horas".

Ele explica que este tipo de fogo é subterrâneo, com poucas chamas na superfície, mas provoca muita fumaça. O tenente destaca ainda que o incêndio pode ter sido criminoso ou espontâneo, porém nenhum estudo desta natureza está a cargo do Corpo de Bombeiros.

O secretário de Municipal de Meio Ambiente, Lindomar Alves, reforça que a parte externa do lixão está protegida, mas lembra que a responsabilidade do lixo - da coleta a destinação - é do Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis (Sanear), portanto não sabe quais procedimentos serão adotados. O celular da diretora da Sanear, Terezinha Silva, ficou desligado a tarde toda.

Contratação de professores não tem avanço

CAROLINE LANHI
DA REDAÇÃO

Mesmo depois de uma longa discussão no Conselho Estadual de Educação não há previsão para a contratação de professores substitutos na rede estadual de ensino. O que há de "concreto" é o comprometimento do Tribunal Regional Eleitoral em marcar uma reunião com as Secretarias de Estado de Educação e Ciência e Tecnologia para possíveis encaminhamentos emergenciais.

Junto com as demais instituições presentes na reunião, entre elas o Conselho Estadual de Educação e o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT), ficou acordado que todos iniciarão um movimento para tentar incluir a educação na lista de serviços essenciais do governo.

Isso foi deliberado depois que o representante do TRE, Edvaldo Rocha, contextualizou a decisão do pleno em não permitir a contratação de professores substitutos durante o período eleitoral. O coordenador lembra que a Lei de Greve nº 7.783, que especifica quais são os serviços e atividades consideradas essenciais, não inclui a educação.

A discussão sobre legalidade ou não da contratação de professores



Otmir de Oliveira/Arquivo

TRE proibiu secretaria de firmar contratos emergenciais no período eleitoral e assunto gera polêmica

para ocupar as vagas de quem tirou licença médica ou faleceu é inflamação, pois tanto as secretarias quanto o conselho e o sindicato defendem que a Constituição Federal também é clara ao afirmar que educação é um direito de todos e um dever do Estado. Presidente do conselho, Geraldo

Grossi Júnior, lembra que a legislação que define o que e quais são os serviços essenciais é antiga, ainda do período da ditadura militar, quando a educação não era vista com a importância de hoje. A secretária estadual de Educação, Rosa Neide Sandes, explica que a secretaria en-

viou, em março deste ano, uma petição ao TRE solicitando orientações de como proceder em casos de afastamento de professores e a necessidade de contratação. Entretanto, o tribunal apenas se manifestou no final de junho com um acórdão proibindo as contratações.

DENGUE ►

Estado não tem registro do sorotipo 4

AMANDA ALVES
ESPECIAL PARA A GAZETA

O alerta feito pelo Ministério da Saúde (MS) a todo o país em relação à possibilidade do retorno do sorotipo 4 da dengue, que pode causar uma epidemia, não alarma Mato Grosso. Até o momento, nenhum caso foi registrado no Estado. Quatro 4 pessoas de Boa Vista (RR) tiveram detectadas em exames iniciais o tipo do vírus. Porém, a Vigilância Epidemiológica em Saúde de

Mato Grosso orienta os médicos a ficarem atentos no momento de detectar a doença e que a população não pare de tomar as precauções contra a proliferação do mosquito.

O superintendente da Vigilância Epidemiológica, Oberdan Ferreira Coutinho Lima, afirma que nenhum caso foi manifestado no Estado do sorotipo 4 e não há indícios. "A circulação aqui é do tipo 1, 2 e 3."

De qualquer forma, não descartar a possibilidade de surto como

que ocorreu no ano passado, quando o tipo 2 do vírus voltou a circular e fez aumentar o número de casos graves da dengue. "Caso ele circule por aqui, nós ainda não temos ideia do que possa acontecer, como será a reação no organismo das pessoas e a interação com os outros tipos de dengue."

Por causa do surto do tipo 2 em 2009, a média anual passou de 47 casos graves de dengue em 2008 para 1,6 mil no ano passado.

Oberdan explica que os efei-

tos da doença são mais graves quando se instala em pessoas que já tiveram dengue. Ao contrário da população que nunca desencadeou a doença, quando os efeitos costumam ser clássicos e de fácil diagnóstico.

De acordo com o MS, desde 1982 o vírus não circula mais no Brasil e caso ele volte, o risco de causar uma epidemia é grande. O Estado de Roraima informou que há fortes indícios de pessoas infectadas terem contraído o tipo 4.



Chico Ferreira/Arquivo

Há muita fumaça no local, mas não há risco de propagação